



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

***ACTA N.º 37***

Sessão Ordinária de Abril

5.ª Reunião de 21-05-2007

Aos vinte e um dias do mês de Maio de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves na qualidade de Primeiro Secretário e pela Vogal Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Joaquim Manuel Silva Marques, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Júlio Campos Soares, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:  
Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Vice-Presidente Carlos Manuel da Silva Santos, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira e Margarida Dias Ferreira.

Nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Presidente da Mesa Regina Maria Pinto Fonseca Ramos Bastos e dos Vogais Maria Teresa Fidélis da Silva, João António Fernandes Pedroso, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo e António Manuel de Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, José Carlos Carvalho Pedroso, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, Herculano de Melo Parente e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva e António Bastos Marques Rodrigues, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa em exercício informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, e Carlos Mário de Magalhães Anileiro, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira, Júlio Campos Soares e José Fernandes Pereira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Seguidamente, o Presidente da Mesa em exercício deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

(Entraram na sala os Vogais Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares e Herculano de Melo Parente)

#### Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>03</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>04</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>05</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>06</sup>

Presidente da Mesa em exercício <sup>07</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>08</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>09</sup>

### **PONTO 7. – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO PARA QUE SE INICIE A PRÁTICA DA ELABORAÇÃO DE UM ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.**

O Presidente da Mesa em exercício<sup>10</sup> deu a palavra ao Vogal Jorge Afonso (BE), para a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>11</sup>

*“A questão de princípio, que leva o Bloco de Esquerda a apresentar esta proposta de recomendação ao Executivo, tem a ver com um princípio fundamental, que é a forma como o poder político, - que é aquilo que nós somos, a forma como se distribui a riqueza gerada e neste caso particular, as receitas dos vários impostos, que são receita, neste caso da Câmara Municipal de Aveiro.*

*E portanto o Orçamento Participativo, é uma relação que existe entre a democracia representativa e a democracia participativa, ou seja, a democracia representativa somos nós e a participativa será a dos cidadãos, no caso de ser aceite esta recomendação, por esta Câmara. O Bloco de Esquerda apresentou já em Dezembro, nesta Assembleia esta proposta de recomendação, - de aplicação do orçamento participativo. Importa por isso fazer alguma explicação, porque este assunto é relativamente novo no nosso país e todos nós (eu incluído) não entendemos isto na profundidade.*

*Mas o Bloco de Esquerda está detentor dos meios e das instruções necessárias à aplicação efectiva do Orçamento Participativo. Há alguns exemplos no nosso país, do Orçamento Participativo, caso de Palmela, Setúbal, mas há algumas diferenças nisto. O Orçamento Participativo, efectivamente Participativo, é um Orçamento que obedece à audição das Assembleias de Freguesias, grupos de cidadãos, que determinam ou que indicam ao executivo,*

*o que é que pretendem que seja feito nas suas comunidades, com uma parte do orçamento da Câmara.*

*Há quem aplique 2%, 4%, 7%, nalguns casos 10% do Orçamento da Câmara, ou seja, há uma parte do Orçamento que são despesas correntes e há uma parte que normalmente são 20%, por ai andando, que são investimentos. Uma parte dessa percentagem do investimento é votada ao Orçamento Participativo e depende de cada executivo, pôr à disposição dos cidadãos, uma percentagem determinada para isso.*

*É objectivo do Bloco de Esquerda nesta Assembleia, chamar os munícipes a participar na vida politica, e evitar que se lamentem os políticos, de uma forma desajustada e sem justificação, que se lamentam normalmente que os cidadãos não participam na vida politica, esquecendo-se que ou ignorando propositadamente, que os cidadãos muitas vezes, não participam na vida politica, porque sabem de antemão que não vale a pena.*

*Um pequeno exemplo: o que é que vale nós termos aqui os bancos da assistência cheios de munícipes, que venham aqui propor alguma coisa ou numa Assembleia de Freguesia, ou uma Assembleia cheia de assistentes que têm até um prazo de meia hora para intervir; - as pessoas sabem de antemão, que quase não vale a pena lá ir pôr problemas, porque as questões que lá vão pôr não tem efectividade, não são postas na prática. Ora, naturalmente todos nós sentimos isso. Não vale a pena, ir ali aquela Assembleia ou aquele órgão, expor as nossas ideias, porque elas não são aplicadas, nem parcialmente na prática, então não vale a pena lá ir. Essa é uma das razões, porque as Assembleias de Freguesia ou Assembleias Municipais estão vazias de público, quando o contrário devia acontecer.*

*E depois isso tem reflexos nas eleições, com a abstenção que há, porque as pessoas sabem que são única e simplesmente chamadas para de quatro em quatro anos darem o seu voto e depois não são mais chamadas para nada, a não ser para aguentar com as deliberações dos Ministros e de uma forma irónica, como costuma dizer um camarada meu – que os Ministros deviam ser todos operários e analfabetos, que era para não assinarem nenhum decreto, porque quando lá vem um decreto, normalmente vem quase sempre para prejudicar os mesmos.*

*Portanto, trata-se aqui de apreciar a forma de se poder, uma pequena percentagem do orçamento do executivo, ser decidido a sua aplicação pelos cidadãos. É um espaço de democracia, basta ler, não vale a pena estar a fazer de caixa de ressonância, toda a gente sabe ler; o que é facto é que por exemplo, se o orçamento participativo fosse aplicado na Câmara Municipal de Aveiro e com uma percentagem relativamente elevada, se calhar aquela asneira do estádio, não estava feita, por exemplo. Se calhar até estava não é deputado Manuel Coimbra? Se calhar até estava. Se calhar até estava.*

*O que é o Orçamento Participativo? De uma forma geral, é um método de distribuição de parte dos recursos, como já disse, que o executivo tem à sua disposição, proveniente dos vários impostos. Por exemplo, ainda há dias aqui falei, acontece muito nas Freguesias não urbanas do nosso município, uma rua tem várias casas, as pessoas pagam todas as taxas e mais alguma, pagam IMI, e tem uma rua cheia de buracos, nem alcatrão, nem paralelo tem. Será justo, que uma pessoa que paga todos os seus impostos, tenha a sua rua em estado miserável? Exactamente anormal. É normal que aconteça, mas não é justo, nem é politicamente correcto. Muito menos politicamente correcto.*

*Portanto esta experiência do Orçamento Participativo, teve início, como alguns de nós sabemos, concretamente no Brasil. Um pouco por toda a América Latina e progressivamente estendeu-se a vários países da Europa, concretamente aqui aos nossos vizinhos espanhóis, a cidade de Barcelona e a cidade de Sevilha, têm orçamento participativo.*

*Os cidadãos reúnem-se, discutem e decidem o que é prioritário para o seu concelho, para a sua comunidade, para a sua Freguesia, assim uma parte dos dinheiros das Câmaras e das Juntas de Freguesias, são destinados a investimentos que os cidadãos julguem mais convenientes. E nós temos algum caso, temos um município com uma cobertura de saneamento quase nos*

100%, mas há ruas em algumas Freguesias, em que foi feito algum saneamento há mais de vinte anos e as ruas continuam num estado calamitoso. Até se houvesse uma entidade, que fizesse uma inspecção às ruas, como se faz aos automóveis, essas ruas com certeza não podiam estar abertas ao trânsito, porque não têm condições de segurança.

Eis alguns dos locais onde foi já aplicado, isto é só um exemplo, porque já várias cidades da Europa, onde está a ser aplicado de uma forma integral ou de outras formas, que eu considero que são encapotadas, que não são bem o Orçamento Participativo.

No nosso caso, eu estive num seminário, onde estiveram alguns autarcas destes municípios, que transmitiram alguma da sua experiência. Dá um pouco de trabalho, mas é muito mais democrático; princípios que são, autonomia, auto-regulação do processo, no que toca a regras e procedimento, é óbvio, não é? A objectividade da participação das pessoas, representação directa da população e não pelos seus representados e a transparência de todos os actos, relativos ao Orçamento Participativo.

As várias modalidades de participação que podem ser temáticas, por exemplo no nosso caso, eu estou a ver um tema que ainda há pouco falei, concretamente na rede viária, seria um bom tema para a discussão, num sistema de Orçamento Participativo; a cultura também, até o turismo e a questão urbana e ambiental; e também a cidade, que tantas discussões dá.

Estas são as etapas do Orçamento Participativo na forma geral, começa pela realização das Assembleias Regionais temáticas, para que seja definido pelos cidadãos, em que pretendem que haja uma percentagem de aplicação do investimento do Orçamento Participativo; a eleição dos respectivos delegados e conselheiros, que vão elaborar o processo; a discussão do Orçamento do município, que tem que ser feita; depois há uma sessão de aprovação do Plano de Investimentos; nova reunião das Assembleias Regionais e Temáticas e depois a prestação de contas por parte do município, relativo à execução. Ou seja, não basta dizer que se aplica ou que se aceita este município, depois há fiscalização efectiva, daquilo que foi efectivamente feito ou não. (Estes são alguns dos resultados práticos do Orçamento Participativo, na cidade de Porto Alegre, no Brasil).

(este é um gráfico da participação); é evidente que é um processo, que sendo feito com honestidade política, vai progressivamente interessando os cidadãos, ou seja, os cidadãos vão vendo que vale a pena participar neste processo, e também isto exerce alguma influência sobre a Assembleia. Ou seja, nesta questão a Assembleia Municipal, deixa de estar aqui a cascar rolha muitas vezes, com conversa que não interessa em nada e é chamada efectivamente a ter que decidir, e o executivo a seguir as recomendações, que são feitas pela Assembleia Municipal; portanto, dignifica também a Assembleia Municipal.”

## Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício [012](#)

Vogal Carlos Candal (PS) [013](#)

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) [014](#)

Vogal Filipe Seiça Neves (PCP) [015](#)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [016](#)

Vogal Orlando Terra Seca (PS) [017](#)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (PPD/PSD) [018](#)

Vogal Orlando Terra Seca (PS) [019](#)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) [020](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [021](#)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) [022](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [023](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [024](#)

Vogal Jorge Afonso (BE) [025](#)

Presidente da Mesa em exercício <sup>026</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>027</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>028</sup>

Presidente da Mesa em exercício <sup>029</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>030</sup>

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira <sup>031</sup>

*“Transmitir-vos apenas, uma vez que me foi dada a palavra três ideias sobre este documento. Primeiro em relação à questão da implementação que foi referida (não no documento) mas que está no “powerPoint”. Em Portugal a fase de implementação ou está implementada ou não está implementada — já existiram momentos definidos no Orçamento e se estivesse implementado já estavam em execução. Portanto, a verdade é não está implementado nem em Setúbal, nem está implementado em Lisboa e, portanto, não é correcto aquilo que apareceu no “powerPoint.” Em relação a esta Recomendação em si: eu tenho muitas dúvidas que isto seja uma recomendação, uma vez que a última frase é claramente explícita — “que fará depender a aprovação dos próximos Orçamentos da aprovação desta recomendação”.*

*Portanto tenho muitas dúvidas que isto seja uma recomendação!? Mas em relação àquilo que diz na própria recomendação (se podemos chamar assim) - definir zonas territoriais na base das quais se constituiriam uma rede de assembleias de cidadãos e cidadãs... Eu julgo que isto é um bocadinho substituir aquilo que acontece com as Juntas de Freguesia. Portanto seria um órgão a mais para retirar poder às Juntas; mas é uma ideia que eu tenho.*

*E depois a constituição de um gabinete! Bem, o Senhor falou da implementação de alguns modelos de Orçamento Participativo — de facto só no Brasil é que existem este tipo de gabinetes. Não existem, nem neste momento, e se estamos a procurar um Orçamento mais equilibrado, estarmos a gastar mais recursos em instalações, meios, e recursos de materiais, para mais um gabinete!?*

*A terminar queria só transmitir-vos o seguinte: como é óbvio, quem leu o nosso programa eleitoral sabe que nós estamos objectivamente a fazer um esforço para começar a que o Orçamento seja mais ‘Participativo’. Este ano já tivemos a colaboração embora residual das Juntas, mas a ideia de facto é abrangente.*

*Uma coisa que eu vos posso dizer é que, antes de poder haver uma definição do Orçamento, as pessoas tem que conhecer ao certo o que é que se passa em termos de receitas e despesas que a Câmara tem. E em breve nós iremos disponibilizar na página da Câmara na Internet, as informações financeiras da mesma — será um primeiro passo para as pessoas perceberem como é que depois no futuro poderá fazer-se este Orçamento.”*

**Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício<sup>032</sup>, colocou à votação o ponto n.º 7 – Proposta de Recomendação para que se inicie a prática da elaboração de um Orçamento Participativo, sendo rejeitado com um voto a favor (BE1), quinze abstenções (PS14+PCP1) e vinte e quatro votos contra (PSD18+CDS6).**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>033</sup>

*“Quando eu disse que este ‘esquema’ era uma democracia esquisita, não é no sentido depreciativo, é porque não está enquadrada nos clichés tradicionais das interferências democráticas. Nem é bem representativa - não é com certeza; um pouco participativa, um pouco directa e “bolchevique”; não é com certeza.*

*Agora que isto não é um disparate, não é! E houve aqui quem encarasse este texto com alguma superficialidade e facilitismo. Eu não sabia que em Barcelona havia 1%. É 1%, é pouco, mas é 1%. E também recomendo que acompanhem os estudos do Prof. Boaventura Sousa Santos, sobre esta temática.*

*Eu reconheço que o Prof. Sousa Santos é um homem muito inteligente, muito culto e muito interveniente. Normalmente não concordo com as perspectivas dele, com as teses dele porque é um teórico. Eu não sou teórico! Nem tenho nível cultural para poder ser teórico nem está no meu feitio ser teórico; sou um homem de intervenção e acção medíocre, mas de intervenção.*

*A bancada do PS vai-se abster porque entendemos que isto não é um disparate — não é um disparate este texto. Discordamos dele e não podemos ficar digamos (já agora, desculpem a franqueza e o calculismo) ligados a uma perspectiva que não é a nossa.*

*Portanto é por isso que nos abtemos. Não somos a favor por as feitas críticas, divergências, muitas reservas, mas não somos à partida contra. É esta a nossa perspectiva.”*

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>034</sup>

*“A bancada do CDS votou contra, porque imediatamente anteviu que esta proposta não merecia mais do que um voto a favor.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>035</sup>

*“A bancada do PSD na Assembleia Municipal votou contra a proposta de recomendação para que se inicie a prática da elaboração de um Orçamento Participativo, porque a nossa sociedade tem órgãos políticos, democraticamente eleitos, para a defesa do cidadão.*

*Para mais, temos assistido nos últimos anos a uma auscultação por parte do nosso Presidente de Câmara Dr. Élio Maia, aos cidadãos eleitos nas Juntas e Assembleias de Freguesia, o que se tem reflectido na prática numa participação efectiva dos cidadãos de Aveiro, o que tira conteúdo a esta proposta.”*

## **PONTO 8. – AVEIRO – A QUESTÃO REGIONAL E O MODELO DE ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO.**

O Presidente da Mesa em exercício<sup>036</sup> deu a palavra ao Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP), para a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>037</sup>

*“O tema que nós trazemos aqui hoje para a discussão nesta Ordem de Trabalhos, respeita precisamente à nossa cidade e tem por vista a questão regional e o modelo de Administração Territorial do Estado.*

*Como nós todos sabemos, o Governo da Republica Portuguesa, iniciou recentemente um processo vastíssimo, de reestruturação de diversos serviços públicos de ambiente regional, tendo por base uma alegada necessidade de gestão eficiente e racionalização económica-financeira dos recursos materiais e humanos do Estado.*

*Este Plano em si mesmo, - temos para nós, que representa um verdadeiro atentado, contra os interesses de Aveiro, na sua área metropolitana e do seu distrito. Sucede porem que do mapa proposto para a definição da Divisão Administrativa destes serviços. Resulta evidente que continua a haver um desrespeito nesta câmara e deste colégio, perante as intervenções e ai está a falta de democracia do Partido Socialista, há uma verdadeira pretensão do Governo Central, que é a de promover uma neo-regionalização, travestida de PRACE, - o famoso processo de reestruturação da Administração Central do Estado. Que terá a nosso ver como principal consequência a desagregação do nosso distrito e a perda de influência de Aveiro, que ao longo*

*das últimas décadas, tem vindo a suceder, com as consequências nefastas, para este município, que são de todos conhecidas.*

*Esta chamada de desconsideração Administrativa, levada a cabo pelo actual Governo Socialista, não assenta pois, em critérios de descentralização, com a deslocalização dos meios, - onde ele se justifiquem por mérito, promovendo assim, uma discriminação das populações do concelho de Aveiro, ao privá-las de serviços essenciais, para a sua vida quotidiana.*

*E implica outro sim, uma grave violação dos direitos constitucionais dos cidadãos aveirenses, plasmados na nossa lei fundamental; mercê, obviamente da grave omissão do dever de praticar os actos e de tomar providências necessárias, à promoção do desenvolvimento económico-social e à satisfação das necessidades colectivas, previstas na norma da alínea g) do artigo 199.º da Constituição da Republica Portuguesa.*

*Este novo modelo de organização, da Administração Territorial do Estado, proposto pelo Governo em exercício, que aliás, jamais auscultou os cidadãos, e mesmo quando foram consultados via referendo, oneraram peremptoriamente, não defende os interesses legítimos de uma nova região como a de Aveiro, que tanto e tanto têm contribuído largamente para a formação da riqueza nacional, com o trabalho honesto e esforçado das suas gentes.*

*Coube-nos assim sublinhar, que o desenvolvimento da vida local de Aveiro, jamais poderá ser salvaguardado, através de uma neo-regionalização. Assenta em critérios e indicadores de cariz estatístico, como as NUT's III e as CCDR's. Antes traduz, uma infame investida de subalternização regional, do concelho e distrito aveirenses, em detrimento do governo central e da sua propaganda e em relação à qual, os deputados da nossa bancada, não poderiam deixar de repudiar veemente, ante este colégio e à própria comunidade local, que os elegeu para representar e promover a defesa dos seus legítimos interesses. Hoje por isso a promoção de políticas que promovam a defesa e os interesses da terra aveirense, através da sua continua promoção e valorização no universo nacional, com vista ao seu aproveitamento e compreensão, enquanto principal elemento, para o progresso social dos seus municípios. Além do mais, permita-me que sublinhe algumas ideias:*

*- Portugal possui inegáveis assimetrias regionais que importa atenuar. É preciso partilhar poderes, sem que contudo tal facto constitua a criação, de uma nova classe politica, sem ligação aos verdadeiros interesses regionais.*

*- Como todos sabemos há regiões com profundos atrasos de desenvolvimento, a quem o Poder Central não vale.*

*- O sistema de Administração Pública é português, é, todos nós o reconhecemos, centralizador.*

*- Torna-se necessário, por razões de defesa e eficácia, que o sistema de Administração, se adapte a uma nova perspectiva desenvolvimento, que comporte instrumentos e órgãos de vocação integradora, responsáveis pela Administração de unidades, espaciais de tamanhos diversos.*

*- Como é óbvio é necessária uma correcta descentralização, mas isso implica obviamente uma identificação clara de responsabilidades, uma clarificação das competências descentralizadas e a transferência dos meios financeiros, que lhe estão associados.*

*Para nós, o desenvolvimento das regiões, é um factor fundamental, para a criação de emprego e melhoria das populações e Aveiro não deixa de ser um exemplo disso.*

*É necessário que haja elaboração, obviamente de um aprofundado e sério estudo, sobre os custos, que esta neo-regionalização, está a custar ao país e que irá custar no futuro.*

*Neste sentido e agora adianto-me Senhor Presidente, para requerer à Mesa, uma alteração àquilo que é a versão inicial do texto apresentado pela bancada e nos termos do n.º 1, do artigo 33.º, vimos solicitar a Vossa Excelência, que se digne corrigir a redacção final, que respeita o pedido, formulado pelo nosso grupo, relativamente aquilo que traduz o documento acompanhante do pedido da inclusão nos assuntos que aqui foram trazidos para a Ordem de Trabalhos, para a seguinte composição textual, que eu passo a citar:*

«**MOÇÃO:** - face ao exposto, o grupo municipal do CDS, na Assembleia Municipal de Aveiro, vem propor a este colégio municipal, que delibere os seguintes princípios da acção respeitantes à questão regional, ao modelo de intervenção territorial do Estado, sobre o concelho e distrito de Aveiro, relativamente aos seguintes pontos que passo a descrever:

- Por um lado a preservação da unidade política ou Administrativa do município e do distrito de Aveiro, enquanto factor de relevância nacional e alicerce de trabalho para futuros modelos de revisão regional;

- A manutenção, reforço e fomento, de serviços públicos essenciais para o município e distrito de Aveiro, em áreas como a da saúde, Segurança Social, Administração Fiscal, Educação, Justiça entre outras;

- A elaboração de estudos e de mais documentos de cariz técnico, a realização de reuniões, fóruns, a promoção e divulgação de campanhas de comunicação e de mais acções de defesa, de conceitos e projectos definidores, de um autentico modelo de divisão regional, que atenda aos interesses concelhios e distritais de Aveiro, em sintonia com as autarquias, Grande Área Metropolitana de Aveiro, Associação dos Municípios da Ria de Aveiro e demais entidades publicas e ou privadas.

E que desta proposta se dê conhecimento ao Senhor Excelentíssimo Primeiro Ministro, Excelentíssimo Senhor Ministro do Ambiente do Ordenamento Territorial e do Desenvolvimento Regional, Senhor Governador Civil de Aveiro, Senhores Deputados eleitos pelo círculo de Aveiro na Assembleia da Republica, às Assembleias Municipais dos Municípios do Distrito de Aveiro e aos Presidentes do CCR Centro e Norte».”

#### Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>038</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>039</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>040</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>041</sup>

Presidente da Mesa em exercício <sup>042</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>043</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>044</sup>

Vogal Filipe Seiça Neves (PCP) <sup>045</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>046</sup>

*“Duas ou três notas acompanhadas de algumas perguntas que gostaria de fazer ao senhor deputado Miguel Fernandes.*

*Em primeiro lugar (e estou-lhas a fazer porque ele é que apresentou publicamente esta Moção, portanto em nome do colectivo que representa), fala de uma grave violação dos direitos constitucionais dos cidadãos aveirenses, plasmados na lei fundamental; que a actuação deste Governo configura uma situação deste tipo, nesta matéria. Eu gostaria que me explicasse e me discriminasse, quais direitos estão gravemente a serem violados (direitos constitucionais) com o PRACE?*

*Em segundo lugar, gostaria de fazer uma nota complementar, perguntando quais são os serviços essenciais para a vida quotidiana de que os aveirenses vão ser privados com a actual actuação governamental?*

*É que de facto, Aveiro tem sido e foi no passado (ainda num passado relativamente recente), desconsiderada administrativamente; mas está a recuperar. Está a recuperar felizmente. Já há alguns órgãos e organismos que nos tinham sido retirados e que estão a regressar, e há outros até novos, que nunca existiram, que estão a ser criados. E como sabem estão a ser feitos muitos esforços no sentido de Aveiro ganhar consideração administrativa e que esses novos órgãos*

*sejam importantes (a instalar em Aveiro pela primeira vez), para que Aveiro reganhe essa consideração administrativa tão retirada no governo anterior e que promovam o nosso desenvolvimento económico e social e a satisfação das necessidades colectivas dos aveirenses.*

*Uma nota final quanto à chamada desagregação da Grande Área Metropolitana de Aveiro.*

*De facto não há grande coisa para desagregar. Porque a grande área, a tal chamada grande área administrativa de Aveiro, não tem trabalho que se veja no passado. Mas se está a pensar na saída de dois dos concelhos (tem necessariamente que sair com o novo processo), é preciso lembrar que há um dos concelhos que tem de entrar porque senão todos os concelhos ficam privados da possibilidade de obter subsídios no próximo quadro comunitário de apoio. É bom que se entenda isso.*

*Agora vejamos, simbioses. As simbioses fazem-se. E normalmente fazem-se dois organismos, três organismos, mas será que aqui não são organismos a mais para haver uma simbiose!? Isto vai haver uma simbiose, ou vai haver predação entre estes diversos organismos? Porque estamos a falar do Distrito, estamos a falar da Grande Área Metropolitana de Aveiro, estamos a falar da Associação de Municípios da Ria, enfim, estamos a falar das NUT's III e NUT II; enfim, é muita coisa no meu entender para que se consiga uma simbiose total, correcta, e perfeita.*

*Mais. Penso que é estarmos a delapidar esforços no sentido de promover aquilo que ele ganhar, aquilo que é importante para os aveirenses, que é a consideração administrativa, que é a possibilidade de promovermos uma melhor satisfação das necessidades colectivas de todas as pessoas que tiveram a felicidade de nascer ou de viver nesta região.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>047</sup>

*“É um facto que Aveiro está a sofrer uma regionalização encapotada, que tem desmembrado os municípios que integram o nosso Distrito, mesmo aqueles cujas câmaras municipais decidiram que queriam continuar juntas — ainda agora foi lembrado isso. Há concelhos que tem que sair da Grande Área Metropolitana de Aveiro e há concelhos que tem que entrar, e isto, apesar das Assembleias Municipais desses concelhos democraticamente eleitas e por isso representantes do povo, terem decidido que queriam que estes municípios que estivessem juntos por Aveiro.*

*Isto é que é um verdadeiro atentado à nossa Democracia. Mas é isto que o Poder Central e o Partido Socialista a nível nacional, mas também o Partido Socialista de Aveiro, querem para a nossa região. O desmembramento daquilo que são concelhos, municípios, que sabem como é que se podem associar, sabem o que é que querem fazer, e sabem que querem uma Grande Área Metropolitana de Aveiro e sabem que têm o entrave muito grande, por parte do Poder Central, por parte do Poder do Partido Socialista, para poderem prosseguir estes seus desígnios. Isso é que é bastante grave. E ainda agora aqui insistimos nesta Assembleia Municipal a mais um exemplo daquilo que é um atentado contra Aveiro!*

*E é por isso que este texto (apesar de ter alguns considerandos que eu não escreveria), eu estou de acordo e aceito esta revolta que estes considerandos traduzem, porque é uma revolta que eu próprio também sinto, que o PSD sente, de democraticamente se terem eleito e se ter decidido qual era o caminho a seguir, e o Partido Socialista não estar a deixar que tal desígnio seja uma realidade.*

*Este era um assunto que nós entendemos que podia muito bem ser agendado para uma Assembleia Extraordinária, em que podíamos ter debatido esse assunto. Não o debatendo, nós estamos de acordo com esta Moção, e com isto, vamos combater este ignorar das decisões do modo como os aveirenses se querem associar. Por isso estamos de acordo, e só gostaria de perguntar aos preponentes como é que entendem que na alínea c) desta Moção, a elaboração dos estudos e mais documentos de cariz técnico que propõem sejam elaborados, como é que se*

vai operacionalizar esta parte desta Moção — porque está omissa aqui e gostava de saber se há alguma ideia já concreta acerca deste assunto?”

Vogal Orlando Terra Seca (PS) <sup>048</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>049</sup>

*“Brevemente, a primeira é para uma questão formal. Não quis interromper a Ordem dos Trabalhos mas porque depois gostaria que a seguir à minha intervenção (ao que sei é a última penso eu), que fosse concretizada a proposta. É um requerimento, fiquei sem saber o que é que estou a votar. Estou a discutir o conteúdo! É evidente e para isso estou habilitado para o fazer, mas depois gostaria de saber em concreto de preferência se é um requerimento. Admito que o tenha feito de forma oral e que a Mesa assim o tenha permitido, mas eu tenho algumas dúvidas que a Mesa também tenha percebido ela própria bem, o que é que o deputado Miguel Fernandes pretende afinal com esta Moção, ou como apresentante da Moção. “faz-me um desenho - agradeço-lhe imenso!”*

*Em segundo, para dizer o seguinte: fiquei um bocadinho espantado com o teor da Moção, devo dizer. Primeiro porque achei sempre que o PSD teria algumas dúvidas em como votar; pelos vistos não tem. Algumas dúvidas em como votar o documento! Em primeiro lugar porque não poderia votar contra, pois esta é uma Moção do seu parceiro, irmão, amigo, fiel companheiro, fiel... talvez fiel na coligação neste executivo. E em segundo não poderia votar a favor porque também o PSD ou talvez principalmente o PSD, tem largas responsabilidades no panorama do que está a acontecer em relação a Aveiro. É, largas responsabilidades. O CDS também as tem porque o Ministra Celeste Cardona ao que sei, era do CDS; não sei se filiada, mas tendencialmente estaria no governo PSD/CDS e foi a Ministra Celeste Cardona — se não estou em erro (se calhar não estou) que terá tirado um dos organismos administrativos, terá cerceado direitos fundamentais das pessoas de Aveiro. Talvez o Dr. Miguel Fernandes se tenha esquecido disso, mas também podia ter posto no texto também lhe ficava bem.*

*Depois, para dizer que provavelmente não votaria a favor, também, porque o próprio PSD de Aveiro não pode esquecer que não é um Partido autónomo. É o PSD de Aveiro, tem um projecto político para Aveiro, mas também tem que ter alguma coerência nacional. E o pacto de Justiça que foi assinado — escusa de rir, é assim! O pacto de Justiça está previsto e cabe também nesta questão administrativa. E depois resta saber, em relação à GAMA, que é um nado morto como já foi dito e que Vossa Excelência também não acredita, porque vai-me dizer quantas vezes é que reuniu no último mandato? Quais foram as propostas? O que é que tem, que Orçamento é que tem? E ninguém sabe. Quanto é que se gastou? Ninguém sabe, não é! Essa é que é a questão e, portanto, não vale a pena estar a defender coisas que não funcionam e que não tem maneira de funcionar! Não têm maneira de funcionar e o risco e a responsabilidade é vossa porque foram altamente contra a Regionalização — essa é que é a questão. Essa é que é a questão e agora vivemos o que vivemos hoje. E, portanto, eu só espero que o PS a muito breve trecho faça realmente a regionalização administrativa, tal qual ela deve ser feita, que é disso que o país precisa.*

*E devo-lhe dizer, convença lá o Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, os cidadãos de Oliveira de Azeméis, o Presidente da Câmara de Vale de Cambra e os cidadãos de Vale de Cambra, que provavelmente até são do seu partido, a ficar na Grande Área Metropolitana de Aveiro. Desafio-o a isso. Desafio-o a isso e talvez até o seu companheiro Rocha Almeida que agora vai assumir funções ao que se diz na própria estrutura concelhia, convença os vossos companheiros de partido e os cidadãos e os eleitores. Essa é que é a questão e, portanto, se calhar foi um tiro ao lado Dr. Miguel Fernandes. Desculpe lá estar-me a dirigir a si porque foi realmente quem apresentou o documento. Foi um tiro ao lado. Eu não sei se é já a nova teoria*

*do novo Líder do Partido, do ataque ao centrão e ao PSD, mas sei que essa estratégia nacional vai criar algumas faíscas, porque não se esqueça que o seu Partido em termos de estruturas locais está em coligação com o PSD, que quer derrotar a nível nacional. E portanto esclareçam lá as águas e não venham para aqui com Moções porque o PSD fica mal na fotografia. Está a obrigar o PSD a votar a favor de uma Moção que manifestamente nunca quis.”*

Vogal José Costa (PS) <sup>050</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>051</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>052</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>053</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>054</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>055</sup>

### Da Câmara Municipal

Vice-presidente Carlos Santos <sup>056</sup>

*“Eu acho que não posso deixar de falar, porque tenho estado presente em várias reuniões da Grande Área Metropolitana e considero que algumas das pessoas que falaram não sabem bem do que é que estão a falar.*

*Dr. Pires da Rosa, quando está a dizer que a Grande Área Metropolitana que é um nado morto eu não concordo consigo. E não concordo consigo por uma razão muito simples, porque nas reuniões da Grande Área Metropolitana, tem assento os Presidentes de Câmara; todos os Presidentes de Câmara. Eu tenho estado em algumas reuniões, por acaso quando vou substituir o senhor Presidente da Câmara de Aveiro, eu acho que é muito mau quando estão Presidentes de Câmara Socialistas e que estão a desempenhar um trabalho notável na Grande Área Metropolitana, estar-se a dizer que não se apresentam Contas na Grande Área Metropolitana! Mas foi dito aqui. Que não há Contas, que não há Contas na Grande Área Metropolitana e que nada tem sido feito.*

*Eu creio que é injusto estar-se a dizer isso e tanto mais injusto é quando alguns dos senhores deputados que aqui estão poderão brevemente exercer funções na GAMA e terão oportunidade de saber exactamente o que é que lá se faz.*

*Eu só compreendo que se façam críticas dessa natureza, quando não conhece o muito trabalho que se tem feito e que aqueles homens, que são os Presidentes de Câmara, tem feito, dos diversos partidos. E também quando é dito aqui que saíram dois, saíram dois mas entrou um. Acaba por sair um. E eu creio que a Grande Área Metropolitana precisa da força de todas as pessoas de Aveiro para ter expressão, para ter significado, precisa da força de todas as pessoas de Aveiro.*

*Agora é injusto, eu creio que é tremendamente injusto, dizer-se que não se faz nada, que não há trabalho, que não se faz nada.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>057</sup>

*“Quería perguntar ao orador que me antecedeu o seguinte: na minha terra costuma-se dizer que as árvores conhecem-se pelo fruto, não é pela rama. Isto é: a GAMA pode reconhecer que existe e que foi muito frutuosa pelos seus resultados. As Contas vão ser aprovadas amanhã em reunião da GAMA. Já todos as temos quem vai pertencer ao órgão. O que elas espelham é que não houve durante um ano qualquer implicação financeira!? O que eu gostaria de perguntar ao orador que me antecedeu era: dê ao menos um exemplo de uma coisa que foi feita pela GAMA durante o ano?”*

## Da Câmara Municipal

Vice-presidente Carlos Santos <sup>058</sup>

*“Eu tentei dar-lhe uma resposta ao Dr. Pires da Rosa que fez algumas referências sobre isso e não quero alimentar polémicas acerca disso.*

*Continuo a dizer que tem-se feito um bom trabalho com o contributo que as pessoas dão, que os Presidentes dão os seus grandes contributos, que se está a fazer um bom trabalho.*

*As Contas já foram votadas em termo de executivo, já foram votadas e, portanto, eu sei o que estou a dizer. Não quero entrar em polémica com o PS por causa disto. Só que de injustiças não gosto. As pessoas estão a ser injustas quando dizem que é um nado morto e que não se tem feito trabalho — e a mim compete-me fazer esse reparo e dizer-lhe isso.”*

## Membros da Assembleia

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>059</sup>

*“Senhor Vice-presidente já me invocou duas vezes a dizer que eu fui manifestamente injusto. Eu não fui; a responsabilidade não é sua, esteja descansado. O problema é do órgão em si. Não foi gasto um tostão, ninguém conhece a GAMA. Não fizeram nada. Mas este não fizeram é de todos porque não fizeram. Não é porque os Presidentes de Câmara que lá estejam não sejam pessoas que não queiram fazer. De certeza que querem e gostam muito da região não é essa a questão, não é isso que está em causa. É, não há capacidade para isso, não têm verba. Não está verba prevista. Foi feita a Lei sem estar a verba prevista.”*

**Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício<sup>060</sup>, colocou à votação o ponto n.º 8 – Aveiro, a questão regional e o modelo de Administração Territorial do Estado, sendo aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor (PSD18+CDS6) e dezasseis votos contra (PS14+BE1+PCP1).**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiu-se a declaração de voto do vogal:

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>061</sup>

*“O deputado Miguel Fernandes que é uma estrela - espero que não seja um cometa que apareça com brilho e desapareça rapidamente; tenho visto disso. Mas está nisto há pouco tempo. Nisto, não é na política (não tenho esse preconceito, há-de haver sempre políticos velhos e políticos novos), está nesta problemática da regionalização há pouco tempo. E até alguns dos seus colegas de bancada mais velhos não estão há pouco tempo, estão há muito, mas esquecem o “pratrásmente”.*

*O problema da regionalização, não vou falar de mim, é um problema que me preocupa desde a Assembleia Constituinte. Estava a Assembleia Constituinte a decorrer quando eu promovi um debate que foi no Clube dos Galitos, onde apareceu pela primeira vez o Eng.º Ângelo Correia. Foi a sua estreia, ele não era deputado à Constituinte. Eu rapidamente percebi que (e temos que ir lá atrás) com as Regiões Plano, que estavam pensadas e escritas na Constituição, e foram suprimidas, ficariam só as Regiões Administrativas — já então, havia uma conspiração contra Aveiro. Havia e há. E está consumada na Lei.*

*Outra coisa, não é, a demarcação das CCR's e agora das NUT's. As NUT's têm consagração europeia. Não há rácios, nem estudos, nem níveis, nem subvenções, que não venham a cavalo nas NUT's!? E contra isso nada feito. E eu não pude fazer nada no tempo que estive no Parlamento — isso passa pela Comissão, não tem nada a ver com o Parlamento (é preciso distinguir os órgãos).*

*Há muita gente no país que não gosta de Aveiro! Não sei porquê. Ciúmes, inveja, o nosso sentido de independência e de livre crítica e porque somos uma região rica e apetecida que não se subalterniza!? Nós não damos cavalaria. Então se pudessem (estou a dizer isto pela milésima vez) os nossos queridos amigos do Porto e de Lisboa e de outros sítios, dividiam isto a meio! Dali do Canal Central para o Norte era afectado ao Porto, do Canal Central para Sul, era afectado a Lisboa; com algumas benesses no percurso a favor de Coimbra.*

*Debati-me muito por isso, pelo problema da Regionalização. E consegui um grande sucesso temporário. É que no plebiscito que se fez sobre a Regionalização, o Distrito de Aveiro entrava todo. Com Vila da Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Mealhada. Só não entrava Espinho porque Espinho tinha aderido à Área Metropolitana do Porto.*

*Mas até então, eu ainda alimentava a esperança de um concelho limítrofe poder pertencer a duas Regiões, a duas Áreas Metropolitanas. E Espinho podia teoricamente, era absolutamente possível, pertencer ao Porto e à região de Aveiro.*

*Bem, debati-me por isso criando grandes engulhos dentro do meu Grupo Parlamentar. Particularmente, cheguei a pegar pelos colarinhos o líder do grupo (depois também apanhou lá em cima em Felgueiras) — foi a primeira vez que alguém abanou o Assis!*

*Vamos para o plebiscito com uma solução boa: Uma Região onde estivesse Aveiro “tutti” Coimbra, e Viseu — era a favor de Aveiro. Só que por falta de empenhamento dos políticos nomeadamente do Eng.º Guterres, chumbou! Chumbou a Regionalização.*

*Bem, então agora depois disso, é um regabofe. São as NUT's; são as Grandes Áreas Metropolitanas; as Comunidades Urbanas, assim-assim; assim-assim antes pelo contrário; as vizinhas; a outra...!?*

*Bem, as NUT's estão definidas. Não há nada contra as NUT's. Contra as NUT's, marchar, marchar! Só que é uma luta inconsequente.*

*É ver o que vem aí no infame acordo entre o PS e o PSD sobre a Justiça! É ver o que vem aí, sobre as NUT's para a Justiça. Está tudo fabricado — até nem é mau para Aveiro.*

*Não gostam de nós!!! No meio disto tudo há um menino bonito que se chama Coimbra. Tem sido alimentado a biberão na sua mediocridade, pequenez, e incapacidade.*

*Durante algum tempo deixei de chamar nomes a Coimbra, mas de vez em quando lembravam-me isso. Coimbra sempre foi favorecida e será favorecida, enquanto tiver o Bissaya Barreto e uns quantos novos Bissayas Barretos, que agora nem me estou a lembrar dos nomes. Nós temos que nos defender? Penso que sim.*

*Mas esta Moção, este texto, não é famoso. Não na parte programática, na parte da doutrina, mas sim na parte da consequência, no remate, no para trás. Porque uma das preocupações que Aveiro concelho tem sempre que ter e às vezes esquecem-se. Nos princípios de acção, não se sente, isso não se sente, mas no texto nos pressupostos sente-se.*

*Aveiro, além dessas malquerenças de Lisboa e do Porto e se sobretudo se calhar de Coimbra, têm também ciúmeiras dos concelhos mais perto. Então, o ideal é nunca falar em Aveiro. Fala-se da região envolvente, não sei quantos e tal; porque se falamos em Aveiro acende logo luz vermelha numa série de concelhos.*

*Portanto, eu sou a favor e aplaudo a preocupação de defendermos Aveiro, o nosso concelho e a nossa mentalidade. É preciso ter cuidado da maneira como isso se faz e perguntar se ainda há alguma oportunidade para o fazer.”*

**Seguidamente nos termos regimentais, o Presidente da Mesa em exercício<sup>062</sup> colocou à votação a continuidade dos trabalhos para além da meia-noite, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.**

## **PONTO 9. – UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO DO PROJECTO DE URBANISMO COMERCIAL DO CONCELHO DE AVEIRO – CONSTITUIÇÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16/04/2007, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

O Vice-presidente da Câmara delegou no Vereador Jorge Greno, a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

### Da Câmara Municipal

Vereador Jorge Greno <sup>063</sup>

*“Relativamente a este Ponto eu julgo que já fiz a apresentação na última reunião. Mas posteriormente e relativamente a algumas dúvidas que surgiram foi distribuída documentação complementar.*

*Só um esclarecimento: não são apresentados Estatutos, mas sim um projecto de Estatutos, visto que os Estatutos só existem após a constituição da Associação - até lá são um projecto. Portanto se houver questões, eu estou ao dispor para responder.”*

### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício <sup>064</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>065</sup>

(Saíram da sala os vogais Raúl Ventura Martins, António Ildebrando Nunes Costeira, Mário Manuel Borges Pereira Pinto)

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>066</sup>

*“Eu queria referir-me a este texto e quando se fala aqui – AGIR, que é a Associação para a Modernização e Revitalização do Centro Urbano de Aveiro, eu queria chamar aqui a atenção e até do Senhor Vereador, e aquilo que eu vou dizer não é pôr o carro à frente dos bois - é bom que se diga isto, não é pôr o carro à frente dos bois.*

*E há bocado falou-se muito na participação dos municípios, falou-se muito da democracia representativa, e neste caso até se disse que na democracia representativa existem as freguesias.*

*E eu quanto a isto estou um bocado céptico e estou um bocado céptico pelo seguinte: quando se diz aqui que serão membros efectivos da associação a Câmara Municipal de Aveiro e a Associação Comercial de Aveiro, eu fico céptico sobre isto e até um pouco indignado! Porque era altura de mostrarem aqui a democracia representativa. Porque como membros efectivos, não é pôr o carro à frente dos bois, deviam ser também membros efectivos a Junta de Freguesia da Vera Cruz e a Junta de Freguesia da Glória.*

*Porque as ideias muitas vezes são bonitas, e é uma ideia bonita e julgo que positiva, só que depois pode acontecer na prática o que aconteceu (que havemos de falar nisso mais tarde) com as Parcerias Culturais. É que as Parcerias Culturais no dia Internacional dos Museus não passou de uma “chinesice”, que era só os chineses é que estavam representativos.*

*Portanto eu queria chamar a atenção que realmente eu pessoalmente não vou votar a favor, só por isto. A representatividade e democraticamente, deviam ter sido contempladas as Juntas de Freguesia, para saber o que se vai passar no seu centro urbano.”*

(Saiu da sala o vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal)

Vogal Jorge Afonso (BE) [067](#)

Vogal Filipe Seiça Neves (PCP) [068](#)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) [069](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [070](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [071](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [072](#)

*“Eu também, no seguimento das intervenções que foram feitas, congratulo-me realmente com esta iniciativa e espero que ela vingue e que tenha realmente efeitos práticos positivos.*

*De alguma maneira estou solidário com o meu colega da Vera Cruz. Mas só em parte, e quando digo em parte é porque não é só a Glória e a Vera Cruz que têm que ter interferência nisto ou deveriam ter interferência nisto. Isto é um projecto do concelho. É bem certo que o comércio está mais centralizado no centro urbano e, portanto, talvez daí o ponto de vista que se defende. Todavia, acho que os nossos colegas de todo o concelho teriam realmente alguma palavra a dizer. Espero que no futuro sejamos eventualmente chamados para ter conhecimento mais profundo realmente destes projectos, e possamos de alguma maneira ter conhecimento do que se passa realmente na nossa área, na zona da nossa intervenção.*

*Não gostaria que o comércio retalhista estivesse aberto aos Domingos — de forma nenhuma. Porque as grandes superfícies têm pessoal suficiente para fazer um desdobramento de horários, o pequeno comércio não tem essa possibilidade.*

*É impossível sobreviver já com os funcionários que tem e que estão limitados portanto a um número reduzido de horas semanais, teriam que forçosamente que admitir mais pessoal e é sabido, ninguém desconhece que o comércio retalhista atravessa um período muito mau e não há perspectivas realmente de melhorar no futuro.*

*O estar aberto ao Domingo é mau, muito mau. Em vez de trazer benefícios, traz prejuízos consideráveis.*

*É isto que realmente eu queria dizer e espero realmente que a coisa vingue. Da minha parte se puder ser útil, apoiado na minha experiência de 55 ou 56 anos de comércio, se puder de alguma maneira colaborar, estou disponível no sentido de realmente possamos ter melhores dias no comércio retalhista de Aveiro.”*

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) [073](#)

### Da Câmara Municipal

Vereador Jorge Greno [074](#)

*“Relativamente à primeira questão, cumpre-me informar que neste projecto específico ou neste tipo de projectos, o nome do gestor é factor integrante do projecto que é apresentado ao IAPMEI. E o currículo do gestor é talvez dos factores mais valorizados para que o projecto possa ser aprovado.*

*Neste caso a Associação Comercial de Aveiro apresentou para gestor deste projecto a Eng.ª Marta Dias. O currículo foi aceite, o projecto foi aprovado portanto por quem faz a avaliação do projecto, significa que o projecto que foi apresentado foi considerado suficiente e outros aparelhos do projecto. Quanto ao ordenado também está estipulado. São seis ordenados mínimos para o gestor do projecto; está estipulado na regulamentação. Portanto aqui não há qualquer questão.*

*A questão do Sr. João Barbosa. Primeiro admirar, já dizer que vota contra antes de ouvir a resposta, isto é fantástico!? As pessoas têm logo predefinido o seu sentido de voto antes de qualquer resposta.*

*Quanto aos membros efectivos, naturalmente para constituir uma Associação são precisos pelo menos dois membros, alguém tem que dar o pontapé de saída. Isto engloba despesa, se a Junta de Freguesia da Vera Cruz está interessada em participar financeiramente neste projecto, ainda estamos a tempo de ter mais associados.*

*Entendemos que nesta fase do projecto, na fase de arranque, a Câmara e a Associação Comercial são quem dá o pontapé de saída (perdoem-me a expressão). Os Estatutos prevêem outros membros e a experiência que há de outras Associações similares a funcionar é que pode haver membros como sejam, a Banca, seja uma Região de Turismo, sejam as Juntas de Freguesia, seja outro tipo de Associações, uma Associação de bares, uma Associação de Restaurantes, uma Associação Industrial, todos os contributos são bem-vindos e em qualquer momento podem entrar através do estatuto de sócio-honorários, o qual não terá necessariamente que implicar a cobrança de uma quota.*

*Se bem que eu entenda que se conseguirmos ter parceiros privados, os parceiros privados podem contribuir financeiramente e esse é o objectivo. Porque esta Associação tem um prazo de limite de vida até final de 2008 e a partir daí tem que ter fundos próprios para continuar o seu caminho. E para ter fundos próprios ou gera receitas da sua actividade, o que também está previsto, ou consegue angariar outro tipo de sócios que possam pagar quotas, para que a Associação continue a sua actividade.*

*Os objectivos “vagos” referidos pelo senhor Jorge Afonso, naturalmente que nos Estatutos estão apontados os pontos fundamentais para que o projecto fosse homologado. Teve que ser entregue um plano de acção mais específico e que naturalmente que se depois o quiserem consultar estará ao dispor de quem o quiser ver.*

*Parceria com os trabalhadores. De certa forma a mesma coisa que referi para as Juntas, julgo que se enquadrará. Até porque parece que os Sindicatos não terão grande disponibilidade financeira para entrarem nesta fase. Naturalmente que serão entidades a ser ouvidas porque também é importante ouvir a opinião de quem trabalha.*

*Quanto à abertura ao Domingo e aqui refiro a opinião pessoal: eu fui durante 13 anos dirigente associativo na área do comércio. A Associação à qual estive ligado sempre foi contra à abertura do comércio aos Domingos, inclusivamente as grandes superfícies. É uma posição que eu defendo.*

*No entanto, tenho consciência que os pequenos comerciantes não têm hipótese de combater o comércio das grandes superfícies. Eles têm meios, ainda agora estão a fazer uma recolha de assinaturas para abrir ao Domingo à tarde, já não lhes bastava ao Domingo de manhã; portanto, enquanto eu aqui estiver serei contra qualquer tipo de abertura aos Domingos, salvaguardando a liberdade individual dos comerciantes. E sabemos que também há estabelecimentos que são perfeitamente familiares e que podem se o entenderem estar abertos ao Domingo. E os estabelecimentos de restauração, que naturalmente, esses também estão abertos ao Domingo. Mas por princípio a minha posição é contra a abertura do comércio ao Domingo. Deve haver um dia pelo menos um dia de descanso e que seja de descanso para todos em simultâneo. Quanto mais não seja para as pessoas irem andar de barco na ria ou irem ao futebol, fazerem o que quiserem e não terem que pensar; e também salvaguardando os períodos de natal, etc., mas isso, também já faz parte dos hábitos a que estamos habituados.*

*Quanto à questão de ser uma Associação “sui generis” com dois membros, levantada pelo deputado Manuel Coimbra, penso que já respondi. No entanto também já foram aprovadas empresas municipais que só tem um membro quer dizer, e foram aprovadas, e penso que não terão levantado questões.*

*O arranque é assim. Venham mais membros e venham membros com vontade de pagar quotas, que as portas estão abertas, é isso que interessa.*

*As Freguesias julgo que seria demasiado redutor. Glória e Vera Cruz, sabemos e eu penso que referi isso a semana passada: o comércio está naturalmente centrado nestas zonas, o turismo*

*que nos visita naturalmente vem ao centro da cidade, mas este projecto não é um projecto do centro urbano histórico, é um projecto para o concelho de Aveiro.*

*Portanto todas as Juntas que manifestarem interesse, depois do arranque, em participar, são bem-vindas. Sabemos que naturalmente as do centro urbano, de Esgueira, mas também já São Bernardo, Aradas, Eixo, já há zonas comerciais nestas Freguesias, Cacia, etc., mas pronto as Juntas serão certamente bem-vindas e o seu contributo será tido na devida conta até porque sabemos que há Presidentes de Junta com cinquenta e tal anos de experiência no comércio, quanto mais não seja a sua experiência pessoal é sempre também um bom contributo para esta Associação.”*

#### Membros da Câmara

Vogal João Barbosa (PS) <sup>075</sup>

(Saiu da sala o Vogal Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes)

#### Da Câmara Municipal

Vereador Jorge Greno <sup>076</sup>

**Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício<sup>077</sup>, colocou à votação o ponto n.º 9 – Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Projecto de Urbanismo Comercial do Concelho de Aveiro – Constituição e Aprovação dos Estatutos, sendo aprovado por maioria com trinta e quatro votos a favor (PSD18+CDS5+PS9+PCP1+BE1) e uma abstenção (PS1).**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiu-se a declaração de voto do vogal:

Vogal João Barbosa (PS) <sup>078</sup>

*“Eu abstive-me, só por uma situação, de as duas Juntas de Freguesia não terem sido consideradas para fazer parte da Associação.*

*De contrário, acho correcto, tudo aquilo que se vai fazer.”*

#### **PONTO 5. – ROTA EUROPEIA DO MODERNISMO – ADESÃO DO MUNICIPIO DE AVEIRO.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20/02/2006, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

O Vice-presidente da Câmara delegou no Vereador Miguel Capão Filipe, a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

#### Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Capão Filipe <sup>079</sup>

*“Trazemos hoje aqui integrado na estratégia de salvaguarda e promoção de Arte Nova em Aveiro, a adesão de Aveiro à Rota Europeia do Modernismo. Já explicámos em Assembleia Municipal anterior em que é que isto consiste. Essencialmente aderimos a uma rede de cidades e instituições europeias que partilham este património Arte Nova. Fazem parte 58 cidades, 47 instituições e vários museus.*

*O objectivo da rota, obviamente que é a promoção de património modernista, ao nível europeu e mundial. É organizado e dinamizado pela cidade de Barcelona e a adesão a esta rota não representa para o município de Aveiro qualquer compromisso financeiro para a nossa Autarquia. E para já, são pelo menos estes os esclarecimentos.”*

### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício [080](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [081](#)

(Reentrou na sala o Vogal Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes)

Vogal João Barbosa (PS) [082](#)

Vogal Jorge Afonso (BE) [083](#)

Vogal Filipe Seiça Neves (PCP) [084](#)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [085](#)

*“Haveria muito a falar sobre esta matéria, mas vamos tentar ser muito breves. Necessariamente temos que nos congratular pela iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro, relativamente à inclusão, digamos que, da arquitectura Arte Nova no circuito europeu.*

*Seria importante agora referir o seguinte: - existe de facto um público ávido de roteiros de arquitectura. Não só de arquitectura Arte Nova, até porque penso que sobre esse aspecto, será muito redutor para a cidade de Aveiro ter só como cartão de visita a arquitectura Arte Nova. Para quem não sabe, nomeadamente a Universidade de Aveiro, é visitada todos os anos por centenas, eventualmente por milhares de pessoas que procuram daí tirar ensinamentos. É assim.*

*Eu recordo-me que há cerca de uns seis anos, numa visita que fiz a Praga, na Republica Checa, verifiquei que tal como eu muita gente procura esses itinerários da arquitectura modernista, que não é só arquitectura Arte Nova. Existem em determinadas cidades roteiros muito bem executados, com itinerários muito bem definidos, e com um historial sobre cada um dos edifícios. Eu penso que Aveiro, e já agora referindo-me ainda a Praga, eu desloquei-me durante vários quilómetros a pé à procura de uma casa modernista, que neste momento é Museu Nacional e como eu havia muita gente, porque eu tive que me sujeitar a fazer digamos uma visita guiada em Checo, já estava tudo marcado para Inglês, Espanhol (Português não existia).*

*Eu lançava aqui um repto à Câmara Municipal de Aveiro, eventualmente ao Pelouro do Senhor Vereador Capão Filipe, na parte do Património, que se pensasse agora também um pouco mais além, independentemente deste itinerário, deste roteiro, que fizéssemos um roteiro da arquitectura de Aveiro.”*

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) [086](#)

### Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Capão Filipe [087](#)

*“O trazer aqui a esta Assembleia Municipal, será uma questão legal portanto um parecer nesse sentido, de qualquer dos modos, independentemente deste facto, temos também todo o gosto por esses breves minutos por falarmos num dos nossos ex-libris.*

*Em relação à presença da Rota da Luz no terceiro festival modernista em Maio, foi a nosso convite. Aliás temos tido o melhor dos relacionamentos e parcerias com a Rota da Luz. Já resultou dos nossos contactos, Município de Aveiro, com a cidade de Barcelona. E quando*

*fomos convidados achámos por bem também a Rota da Luz nos deveria acompanhar, nesse mesmo evento. Portanto foi por nossa iniciativa que a Rota da Luz esteve de facto em Barcelona.*

*Em relação aos desafios aqui levantados, designadamente ao levantamento da Arte Nova e aos pensamentos mais além. Eu conforme disse imediatamente na introdução, isto faz parte de uma estratégia integrada, que está em curso, de salvaguarda e promoção da Arte Nova em Aveiro.*

*Gostaria apenas de referir por exemplo que somos neste momento a sede e fomentámos a Rede Nacional de Municípios de Arte Nova, que por exemplo aprovámos na última reunião de Câmara a bolsa de salvaguarda Arte Nova, que visa o inventariado de todas as casas, sobretudo fachada Arte Nova e que poderão ter apoio técnico e logístico da Autarquia a partir daí, e a procura de mecenas para a sua recuperação se os proprietários não tiverem essas mesmas posses. E esta bolsa de salvaguarda Arte Nova, em definitivo, inventariará esta questão.*

*Estamos - é de todos conhecido, a ultimar o museu de Arte Nova na casa Major Pessoa, cujas obras estão a evoluir em bom ritmo e que julgamos que estaremos separados, de cerca de meio ano, de poder dar a obra por concluída.*

*Encontra-se em elaboração o caderno de encargos para o fornecimento de guias PDA, que é apoio multimédia de visitas à cidade que inclui as fachadas Arte Nova, o percurso Arte Nova e outros percursos na rota pelos diferentes patrimónios, designadamente arquitectónicos, da cidade.*

*Estamos também em fase de elaboração do museu Arte Nova. A questão das acessibilidades na envolvente do Museu, também está a decorrer em bom ritmo, bem como os conteúdos programáticos deste mesmo Museu, cuja abertura é certo que se fará em 2008.*

*Também está a ser ultimada (em fase de conclusão) um DVD Aveiro Arte Nova, que é um filme didáctico e divulgativo com cerca de meia hora em português, Inglês e Espanhol e que permitirá (só não nos lembrámos do Checo, mas provavelmente nestas três línguas) ao cidadão usufruir dessa circunstância.*

*Também estamos a publicar as actas de um encontro internacional que aqui publicámos de “Arte Nova Uma Porta Para o Futuro”.*

*E por último, o sistema educativo. Entre outras iniciativas que estão em curso, porque o sistema educativo e as crianças também têm que ser formadas nesta matéria, estamos também em fase de programação com um CD activo que se chamará “O Cavalheiro Arquitecto e Arte Nova”, destinado às crianças em idade escolar e designadamente às escolas do concelho e também às crianças que nos visitam, que será um desenho animado em que haverá um cavalheiro arquitecto que apresentará a cidade e Arte Nova às crianças.”*

**Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício<sup>088</sup>, colocou à votação o ponto n.º 10 – Rota Europeia do Modernismo – Adesão do Município de Aveiro, sendo aprovado por unanimidade (PSD18+CDS6+PS10+PCP1+BE1).**

Não houve declarações de voto.

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício<sup>089</sup>, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa em exercício<sup>090</sup> deu por encerrada Sessão Ordinária de Abril. Eram 01:00 horas do dia 22 de Maio de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)